

Resenha

SINNER, Rudolf Von. *Confiança e convivência: reflexões éticas e ecumênicas*. São Leopoldo: Sinodal, 2007. 152 p.

O texto ora resenhado foi escrito por um teólogo suíço reformado (Basiléia) e agora luterano, professor na Faculdades EST de São Leopoldo (RS) desde 2003. É casado com uma brasileira (Helena), a quem está dedicado o livro e com quem tem duas filhas (Thaís Alessandra e Cassandra). Muito embora esteja há pouco tempo em nosso país (oito anos), posso dizer que possui já uma “alma abrasileirada”, o que não é incomum com os *Ausländer* aqui radicados, para nosso contentamento. O que sim é incomum é a sua desenvoltura e fluidez com que fala e escreve em nossa língua. Tal verificação está explícita nesta pequena obra, porém densa e profundamente atual; tão significativa quanto pertinente para os temas da cidadania e correlatos que desafiam a igreja cristã brasileira em sua missão na sociedade.

O autor, logo de início, enfrenta a espinhosa tarefa de conceituar minimamente a temática escolhida, pondo-nos uma plataforma, e o faz com objetividade e competência intelectual; domina o assunto, a partir de uma bibliografia igualmente rigorosa e atualizada ao final de cada capítulo. Evoca dados estatísticos acerca do *status* da *confiança* presente no Brasil, antropológicamente matizados, e elabora uma espécie de *anatomia da convivência*, revelando-nos aspectos assaz interessantes. Conclui parcialmente que, no Brasil, evidencia-se um déficit dessa confiança generalizada, muito embora reconheça “que as coisas estão mudando” (p. 17). De forma criativa e surpreendente, estabelece um *link* com a ciência hermenêutica. Von Sinner constrói o que ele chama de *hermenêutica da confiança*. Se a hermenêutica, substancialmente, parte de textos a serem lidos, compreendidos e interpretados, criando essa *relação* entre leitor e autor, portanto entre individualidades, ela também, segundo o autor, “significa compreender a convivência com outras pessoas a partir da confiança” (p. 19), exatamente pelo fato de, como cristãos, fundarmos nossa convivência na *confiança-fé* que creditamos a Deus e à Sagrada Escritura. Assim, ver as

peças com base na fé “cria uma ética maior que orienta meu comportamento em relação às pessoas” (p. 20). Entretanto, sem sucumbir a ingenuidades crédulas e afoitas, o autor está consciente de que nas comunidades, que interpretam tanto os textos como uns aos outros, existem “tensões, preconceitos e desconfiança” (p. 20) que caminham no sentido contrário da confiança. A possibilidade de superação, em termos de uma *aposta*, desses óbices está indexada ao modelo de Cristo que possui apenas um *corpo* que se indigna contra a incoerência da fragmentação cristã presente nos nossos dias e conclama esse mesmo corpo “a aprofundar e corrigir sua fé em Deus” (p. 21). Para tanto, von Sinner propõe corajosamente o empenho antecipado da *confiança no outro* (na outra igreja, grupo, denominação, tradição, etc.) para a boa convivência. Quer dizer, a confiança fundamentada em Cristo, *mutatis mutandis*, é uma espécie de *depositum fidei* do qual podemos dispor para a comunhão na igreja e na sociedade.

O capítulo 2 tentará imbricar Deus com igreja e sociedade, por isso mesmo faz um retrato sintético e esclarecedor da história do Brasil a partir do descobrimento até os dias atuais, passando pelos momentos políticos decisivos mais agudos, com ênfase maior no período da ditadura militar e a conseqüente descompressão com a volta à democracia. A intenção é clara: confrontar as idiosincrasias da nossa trajetória histórica como nação, com destaque para a falta de confiabilidade já detectada no capítulo anterior. Suscita então a pergunta retórica “que não quer calar” e que será fio condutor nessa seção: “O pensamento trinitário, temática-chave da fé cristã, poderia ser uma resposta aos problemas mencionados e promover democracia?” A resposta surge num ato contínuo, tendo como objeto esquadrihado as reflexões trinitárias de Leonardo Boff. “A Trindade é nosso verdadeiro programa social” (p. 33). Obviamente a análise prioriza a crítica de Boff à hierarquia da Igreja Católica Romana, reconhecendo os *vestigia trinitatis* no mundo, tese, aliás, tão forte em Santo Agostinho em seu *De Trinitatis*. Segundo von Sinner, Boff retoma a noção de *perichoresis* (interpenetração) para mesclar vários conceitos importantes, quais sejam: pessoa, individual, individualidade, coletivo e, por analogia, não por univocidade, põe em paralelo a *perichoresis* divina e a *perichoresis* humana, ainda que reconhecendo os abusos na utilização da analogia realizados na história. Com essa base, pode-se afirmar então o envolvimento direto de Deus no mundo por ele criado, bem como seu revés – o mundo em Deus; e, mais do que isso, a existência de uma “relação ontológica” (p. 36) entre Deus e mundo. Assim,

a conclusão é desafiadora e sua possibilidade é realmente empolgante: a harmonia pericorética intratrinitária prevalente no ser divino deve “servir como um vigoroso subsídio teológico para que as igrejas contribuam significativamente, como parte da sociedade civil, para a construção de uma sociedade respeitadora, participativa, confiante e coerente” (p. 40).

Dessa forma, e uma vez que um suporte teológico está posto, empreende-se um caminho para a concepção de uma *teologia pública* (sem dúvida, um dos pontos altos da obra) “claramente enraizada na fé e teologia cristãs” (p. 43). O autor reconhece a dívida da agenda da *teologia pública* para com a TdL latino-americana. Sendo assim, o capítulo 3 esmera-se em recuperar os “fundamentos” (p. 44) da TdL, tendo à frente o já emblemático axioma: “opção preferencial pelos pobres”. Autores, assembleias, organizações, obras são conjuntamente evocados com o intuito de evidenciar *os pobres* como “*locus epistemológico*” (p. 45). O objetivo está explícito: a *libertação*; ela é a “categoria hermenêutica central” (p. 47), que se articula a partir do contexto e se indigna com o enorme contraste social latino-americano. Por ser uma teologia contextual, supõe-se que a TdL deveria se adaptar, especialmente a partir de 1989, com a queda do socialismo, este dever de adaptação está inferido pelo autor. De muitas maneiras, a trilha feita pela TdL ensejou o nascimento de vários outros movimentos e uma nova agenda temática. Contudo, a adaptação, diga-se de passagem, não aconteceu. Diante dessa constatação, von Sinner advoga que uma teologia da cidadania poderia “recontextualizar” as conquistas da TdL, já que o termo *cidadania* se faz ouvir cada vez mais na democracia brasileira e a própria TdL, com Assmann e Comblin, pelo menos, teria já adiantado o tema e que também está contemplado na obra do “teólogo metodista Clóvis Pinto de Castro [...] em que propôs uma pastoral da cidadania” (p. 56). Von Sinner gasta página e meia para analisar a proposta de Castro e, ademais, percebe similaridades com o projeto sul-coreano de Anselm K. Min. Finaliza o capítulo, ele mesmo, fazendo uma proposta de *teologia pública* para o Brasil, apontando para isso acontecimentos que suscitariam efetivamente o debate de uma *teologia pública* em nosso país. Conclui citando o caso do IHU – Instituto Humanitas da UNISINOS, de São Leopoldo, como exemplo e possibilidade concreta desse objetivo, uma vez que se tenta produzir aí “uma teologia em diálogo com a sociedade contemporânea e, mais especificamente, com a comunidade científica” (p. 61).

Todo o capítulo 4 está dedicado a elencar os grandes eventos ecumênicos do século XX em prol da construção da paz entre as nações, bem como sublinhar aqueles valores imprescindíveis para estabelecer uma cultura da paz. Von Sinner articula aqui, de uma forma bem original, *ecumenismo e paz*. Resgata o antigo sonho do teólogo luterano O. Cullmann de colaboração entre católicos e protestantes, lembrando o acordo de Pedro e Paulo na igreja primitiva e menciona a primeira Campanha da Fraternidade Ecumênica como acontecimento ecumênico central dos nossos dias entre a Igreja Católica e as igrejas-membros do CONIC, inferindo o cumprimento profético do sonho de Cullmann. É de fato um detalhe que comove. Obviamente, desde a época de Cullmann até agora, houve uma significativa aproximação ecumênica entre as diversas igrejas cristãs, porém “é inegável que ainda haja muita desconfiança” (p. 70), reconhece von Sinner, um “clima envenenado” em diversos setores, ainda que seja apenas no nível verbal na relação entre essas tradições cristãs. O que não é o caso em relação a outras religiões, como, por exemplo, com o cambomblé na Bahia, e que a mídia chamou de “guerra santa”. Em um segundo momento, o autor lembra-nos as diversas tentativas de articulação das igrejas em favor da paz mundial e o faz a partir da figura singular do teólogo luterano Dietrich Bonhoeffer, passando por algumas das Assembléias do CMI e ainda pelo importante acontecimento de Basiléia em 1989, com a participação de centenas de delegados em que pela “primeira vez em 500 anos que se reuniram representantes católico-romanos, ortodoxos e protestantes, ocidentais e orientais, com igual direito a voto” (p. 72) sob o tema “Paz na Justiça”. Von Sinner recorda que oito anos mais tarde, em Graz, na Áustria, uma segunda “Assembléia Ecumênica Européia foi realizada sob o tema da reconciliação” (p. 73). Segundo von Sinner, nesses dois eventos, verificou-se o encontro entre “ecumenismo de cúpula e ecumenismo de base” (p. 73). O presente capítulo encerra mencionando o que o autor entende por “valores para uma ética cristã de paz”, que para ele são “imprescindíveis” (p. 76), partindo das virtudes teológicas: Fé-Esperança-Amor e cada qual gerando um novo binômio: Fé-Confiança; Visão-Esperança; Serviço-Amor. Com isso, von Sinner propõe oito atitudes concretas “para fundamentar uma teologia e prática da paz” (p. 80). Atitudes que abrangem desde uma campanha pelo desarmamento, passando pelo amparo às vítimas de violência pública ou doméstica até a atribuição de um serviço alternativo ao serviço militar obrigatório. Realmente são propostas de vanguarda, pelo menos em se tratando do protestantismo brasileiro.

No capítulo 5, von Sinner volta ao tema da hermenêutica, como prometido, porém vincula-o diretamente ao desafio ecumênico e explica-a dentro da tarefa de “desvendar as razões” da falta de entendimento dentro desse rico espectro do fenômeno cristão contemporâneo, tanto das muitas leituras da Escritura como da compreensão mútua propriamente dita de cristãos e igrejas. Assim, tendo como “pano de fundo” as principais reuniões ecumênicas dos últimos 40 anos, o autor justifica o empenho ecumênico por uma unidade em meio à diversidade, contemplando a especificidade de cada teologia contextual e o desafio de uma “coerência teológica” (p. 89). Daí a necessidade premente da tarefa hermenêutica, conforme aponta o texto produzido pela Conferência Mundial da Comissão de Fé e Ordem em Santiago de Compostela em 1993, com identidade ecumênica naqueles espaços onde se encontram as diversas tradições religiosas para o diálogo, produzindo nesse ambiente, ao final, uma hermenêutica da *coerência*, da *confiança* e mesmo da *suspeita*, uma vez que é prejudicial nutrir ilusões acerca de uma interpretação neutra dos textos e documentos confessionais. Dessa forma, crê von Sinner, pode haver verdadeiro aprendizado, ou seja, “um aprofundamento da própria fé e vida de fé e um aprofundamento da percepção do Deus triúno por meio de Cristo no Espírito Santo” (p. 91), gerando verdadeiro diálogo. Com isso, os discursos trinitários de dois eminentes teólogos são trazidos à tona e detalhadamente (p. 92-114) analisados e criticados: Leonardo Boff e Ramon Panikkar, afirmando-se, ante o risco de diluição da identidade, o específico da fé cristã: a trindade de Deus.

A grande empreitada ecumênica das últimas décadas pavimentou o caminho do diálogo inter-religioso, segundo nos mostra von Sinner, particularmente em decorrência das geniais reflexões de Karl Rahner acerca dos “cristãos anônimos” no contexto do Concílio Vaticano II. Dessa forma, o autor identifica e caracteriza objetivamente os três modelos de relacionamento religioso: *exclusivismo*, *inclusivismo* e *pluralismo*. O teólogo Karl Barth seria um claro representante do modelo exclusivista, uma vez que afirma o cristianismo como única religião verdadeira. Não deixa de ser curioso que a recepção da obra de Barth na América (do Norte e do Sul) o tenha estigmatizado como “liberal”, certamente por grupos protestantes mais exclusivistas que ele próprio e que por isso deveriam ser chamados de ultra-exclusivistas. De qualquer modo, von Sinner justifica muito bem sua posição sobre seu conterrâneo Barth pontuando que ele “conseguiu bloquear a discussão sobre religião nos meios protestantes ocidentais por várias déca-

das” (p. 120). Reconhece a ajuda que os católicos, como Rahner, por exemplo, deram para o avanço dos estudos sobre a religião. “A *guinada antropológica* de Rahner veio bem na contramão da *suspeita antropológica* de Barth” (p. 120). De fato, Rahner, por conta dos “cristãos anônimos”, está posto pelo autor como legítimo representante do inclusivismo, que, não obstante afirmar o cristianismo como religião verdadeira, reconhece elementos de verdade em outras religiões. Já Raimon Panikkar representa claramente o modelo pluralista que postula a igualdade de autenticidade de cada sistema religioso. Von Sinner opina que, na verdade, Panikkar, embora possa ser criticado pela “aparente exclusão de conflitos” (p. 129), continua, radicaliza e aprofunda a teoria de Rahner, a partir da idéia de um desejo salvífico universal de Deus, gerando, portanto, uma confiança nele e uma base comum para o verdadeiro diálogo.

O último capítulo é todo ele dedicado ao conceito eclesiológico, obviamente em perspectiva ecumênica no âmbito do CMI, bem como os aspectos hermenêuticos relacionados com esse tema. Von Sinner reconhece o minimalismo eclesiológico do CMI, porém entende que sua manifestação eclesiológica deve ser expressa pelas igrejas que compõem a *comunhão*. É bem preciso ao identificar o “colorido” eclesiológico do CMI – *tipos: sacramental, reformatório, conversionista, carismático*, e bem honesto ao reconhecer “que as diferenças eclesiológicas estão na raiz das divisões entre as igrejas” (p. 139). Fala em seguida da *natureza e missão da igreja*, analisando com requinte o documento emanado da Comissão Permanente de Fé e Ordem em Creta (2005), destacando a concretização da plenitude da comunhão no “mútuo reconhecimento” (p. 143). Finaliza o livro afirmando a primazia do Deus triúno na tarefa hermenêutica tanto da Escritura quanto da tradição. Quer dizer: “A comunhão divina serve, analogicamente, como modelo para a comunhão humana e eclesiástica” (p. 143). Além de tudo isso, somos desafiados a viver em meio à diversidade eclesiológica, com liberdade para expressar nossa própria identidade e abertos para o outro e para a outra diferentes de nós.

A leitura deste livro está mais que recomendada, de fato deveria ser uma leitura obrigatória e basilar para quem se interessa e sonha com a unidade da igreja em nosso país e uma participação cidadã da *ecclesia*. As nuances mais fronteiriças da *confiança* e da *convivência* estão aqui tratadas de maneira corajosa e firme, por um lado, e com abertura e respeito, por

outro. Há, sem dúvida, por parte do autor, uma nobreza no trato da teologia como *res publica* e, portanto, passível de ajuizamento crítico e reavaliação com vistas a uma melhor *performance* na sociedade e para o bem da sociedade. No mais, saúdo a chegada deste texto com expectativa e esperança, como quem saudou há poucos dias a chegada da estação das flores.

Ronaldo Cavalcante
São Leopoldo – primavera 2008